

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

(MST): formação educacional, gênero e pandemia

Neusa Maria Dal Ri

Como citar: DAL RI, Neusa Maria. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): formação educacional, gênero e pandemia. *In:* NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação para além do capital e políticas educacionais na América Latina**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 205-240. DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-337-3.p205-240>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Capítulo 8

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): formação educacional, gênero e pandemia

Neusa Maria Dal Ri¹

Introdução

O Brasil vive uma grave crise provocada, sobretudo, pelas diretrizes econômico-políticas implementadas pelo atual desgoverno Bolsonaro do país. A crise foi enormemente agravada pela pandemia causada pelo coronavírus (covid-19), que, até o momento, abril de 2022, levou a vida de 663.410 mil brasileiros (BRASIL, 2022). Esses fatos aliados à inflação de 13, 30% nos últimos doze meses (FGV, 2022), e consequente alta do custo de vida, mostram que a classe trabalhadora tem passado por um extermínio no Brasil. Em contrapartida, a classe dominante continua vivendo muito bem.

Enquanto a pandemia colocou na pobreza mais de 160 milhões de pessoas, um novo bilionário surgia a cada 26 horas, desde o início da crise humanitária, de acordo com a Oxfam Brasil (AGÊNCIA BRASIL, 2022). Segundo a mesma entidade, os dez homens mais ricos do mundo mais do que dobraram suas fortunas. Por outro lado, 99% da população

¹ Professora Associada Livre-Docente III da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências e do Programa de Pós-Graduação em Educação. Pós-Doutorado em Educação (2008) na UMinho, Portugal; Pós-Doutorado em Educação (2018) na UFSCar. Líder do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia, Editora do periódico ORG&DEMO, Bolsista PQ do CNPq nível 1.

mundial tiveram uma caída em suas rendas, e mais de 160 milhões de pessoas foram colocadas na pobreza absoluta.

Segundo a Oxfam Brasil (AGÊNCIA BRASIL, 2022), no Brasil, desde março de 2020, quando a pandemia foi declarada, o país ganhou dez novos bilionários, enquanto 90% da população amarga quedas nos rendimentos.

Apesar da pandemia e da crise econômica, o Brasil teve 40 novos representantes na lista de bilionários em 2021 da Forbes (UOL ECONOMIA, 2021). Segundo a revista, os desafios do último ano esquentaram o mercado de capitais e favoreceram ainda mais o clube dos super ricos.

Segundo Dal Ri (2021, p. 7), a crise causada pela pandemia afeta todas as dimensões da vida, da saúde física e mental à economia, educação, organização e rendimentos das famílias, relacionamentos, dentre outras. No Brasil, em especial, o negacionismo da ciência, as amplas campanhas e propagandas veiculando prevenção e *curas milagrosas* por meio de *atos* religiosos e medicamentos ineficientes e, principalmente, a falta de uma política eficaz e centralizada de controle da doença do governo central levaram à morte milhares e milhares de brasileiros, das quais, segundo especialistas, dois terços poderiam ter sido evitadas.

Dentre os mais atingidos pela crise e pela pandemia estão as mulheres e as crianças.

Apesar de o Brasil ter voltado ao mapa da fome, situação crescente desde 2018, movimentos de trabalhadores organizados do país vêm desenvolvendo a resistência e o combate ao desmonte das políticas públicas. Esse é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) fundado em 1984, em Cascavel, Paraná, sob a influência

da retomada do movimento operário popular iniciado no fim dos anos 1970 e na luta contra o regime militar.

O MST, ao longo dos 38 anos de sua existência, se consolidou na luta pela reforma agrária (RA) e obteve notoriedade no Brasil e internacionalmente. E, embora a RA não tenha sido realizada de fato no Brasil, o Movimento conquistou inúmeros assentamentos e possui muitos acampamentos. Os assentamentos conquistados tornaram-se importantes, pois geram impactos econômico, social e educativo nas populações assentadas e nas que vivem no entorno, o que incide no desenvolvimento dos municípios. Em decorrência desse impacto, vários governos em nível federal, estadual e municipal criaram programas de apoio aos assentamentos, dentre os quais destacamos o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) (INCRA, 2010; SECOM, 2011). Muito embora o Pronea tenha sido encerrado pelo desgoverno de Bolsonaro (BRASIL, 2020), as contribuições consolidadas permanecem.

O MST, além de se destacar pelos resultados obtidos na produção agrária, vem desenvolvendo políticas próprias educacionais e em outros setores, como o setor de gênero, e a solidariedade a outros povos do campo e às classes trabalhadoras em geral.

Neste texto, em específico, apresentamos resultados de um estudo² sobre a formação educacional, gênero, violência e pandemia, que foi desenvolvido durante os anos de 2020 e 2021.

Levantamos algumas questões investigativas que nortearem nosso estudo, a saber: Como a política de gênero e de combate à violência do MST consubstancia-se na sua formação educacional? Quais os desdobramentos da Campanha Mulheres Sem Terra Contra o Vírus

² Agradecemos a colaboração da aluna Patrícia Butignol Lúcio que participou de parte desta pesquisa, como bolsista de iniciação científica do CNPq.

e as Violências (MSTCVV) para a formação dos Sem Terra e para a organização das mulheres? Quais os eixos de atuação da campanha MSTCVV? Como o MST vem demonstrando sua solidariedade com os trabalhadores durante a pandemia?

Esta pesquisa teve como objetivo principal verificar como a política de gênero e de combate à violência e ao vírus consubstancia-se na formação educacional do MST. Ainda, e como objetivos secundários, buscamos averiguar a política de gênero e de combate à violência do MST; verificar os eixos de atuação da campanha MSTCVV e seu vínculo com a formação dos/as Sem Terra; e verificar algumas ações de solidariedade do Movimento durante a pandemia .

Para operacionalizar a investigação, a pesquisa teve três procedimentos: a) pesquisa bibliográfica; b) pesquisa documental; c) aplicação de entrevistas.

As pesquisas bibliográfica e documental foram realizadas a partir do levantamento, leitura e documentação da literatura sobre a temática, de legislações, e documentos, artigos e vídeos publicados pelo MST. As entrevistas foram realizadas com mulheres do setor de gênero do MST e participantes da campanha MSTCVV. O tipo de entrevista foi o semiestruturado.

A análise interpretativa apoiou-se nos seguintes aspectos principais: a) no estudo teórico; b) nos resultados alcançados como repostas aos instrumentos de coletas de dados empíricos; c) na análise documental.

1. Poder, gênero e educação no MST

O tema do poder tem sido estudado sob várias óticas e tendo como objetos não apenas o Estado, mas os trabalhadores, os movimentos sociais, as questões de gênero, entre outros.

Para Mendel e Vogt (1975), o poder, ou a dominação, transcende as instâncias do Estado e das relações de produção. Para eles, a dominação apresenta-se como um acontecimento atinente à *reprodução humana* e, portanto, como um fenômeno social elementar ou básico que ocorre por meio da *socialização primária*, por meio da educação. Nesse processo, a criança e a mulher emergem na história humana, respectivamente, como *infante* - ser imaturo-, e ser *subalterno*, ambos submetidos à supremacia masculina.

A formação das sociedades de classes e a acumulação de riquezas exacerbaram a dominação masculina sobre as mulheres e crianças e acrescentou outras subordinações a essa forma básica. Entretanto, essas formações sociais não foram responsáveis, em primeira mão, pelo fenômeno, já que ele remonta aos primórdios da humanidade, tendo transfixado os mais diversos modos de produção e tipos de sociedades.

Como um fenômeno social transcendente, Mendel e Vogt (1975) argumentam que a socialização dos meios de produção, ainda que imprescindível, bem como a socialização do poder entre os trabalhadores, não são suficientes para erradicar a dominação. Isso só será possível quando a democratização radical da sociedade incida sobre o processo de socialização primária, ademais de contemplar as instâncias do Estado, do trabalho e da cidadania.

As primeiras lutas feministas reivindicavam para as mulheres os mesmos direitos políticos que os homens, principalmente o direito ao voto e à igualdade nas fábricas, nas funções e salários.

Na década de 1920, Bertha Lutz, bióloga, educadora e líder sufragista brasileira, junto com outras mulheres da burguesia, reivindicou o direito ao voto. O direito ao voto feminino só foi concedido em 1933 e garantido na Constituição brasileira de 1934.

Nessa fase de construção do movimento feminino, o termo *gênero* não estava presente. A produção bibliográfica, até mais ou menos a década de 1960, valorizava apenas o termo mulher.

No livro intitulado *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949, importante referência para os estudos e movimentos feministas, a autora afirma que:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de femininos. (BEAUVOIR, 1980, p. 9)

Nesta obra, Beauvoir (1980) procura responder por que a mulher é o outro e o homem é sempre colocado no papel principal, e apresenta sua perspectiva para o feminismo.

Posteriormente, Robert Stoller, em 1968, no livro *Sex and Gender*, empregou a termo gênero para explicar as diferenças entre homens e mulheres, independente do sexo biológico, respeitando como o indivíduo se reconhece no mundo em que atua. Na década de 1990, o conceito de gênero se amplia por influência de pesquisadoras

feministas norte-americanas. “[...] as feministas começam a utilizar a palavra ‘gênero’ mais seriamente, num sentido mais literal, como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1990, p. 5).

a. Educação e gênero no MST

O MST adquiriu notoriedade por várias razões, dentre elas se destacam os resultados que vem obtendo na educação e na produção agrária. A condição de organizador da educação e de uma economia política específica contribuiu para açular a curiosidade sociológica em relação a ele, além de outro aspecto diferenciado. Segundo Dal Ri (2004, 2008), movimentos sociais, partidos políticos e outras entidades ligadas aos trabalhadores podem ter ideias próprias a respeito de como a sociedade deve organizar a educação ou o trabalho. Contudo, é raro que organizações populares coloquem em prática suas ideias a respeito desses temas. Por conseguinte, neste quesito, o MST apresenta uma condição ímpar. As ações por ele iniciadas no transcurso das lutas pela RA permitiram-lhe construir uma espécie de economia política que abarca muitos milhares de famílias acampadas e assentadas. E, concomitantemente à constituição dessa economia, o Movimento também construiu uma rede de escolas próprias ou sob sua influência.

O MST (2020) conquistou milhares de escolas públicas de educação básica para os seus acampamentos e assentamentos. Segundo o MST (2020), há 400 mil trabalhadores/as rurais estudando, entre crianças e adolescentes. Mais de 700 mil integrantes do MST que já se formaram em cursos de alfabetização, ensino fundamental, médio, superior e cursos técnicos. Há um número significativo de professores

formados pelo MST, e a grande maioria atua nas escolas em acampamentos e assentamentos. Por ano, há aproximadamente 30 mil educandos e 3 mil professores envolvidos em processos de alfabetização. Por meio de parcerias com universidades públicas, trabalhadores rurais do MST estudam em 150 instituições de ensino. Tratam-se de cursos técnicos de nível médio, como Administração de Cooperativas, Saúde Comunitária e Agroecologia, cursos superiores, como Pedagogia da Terra, Letras, Licenciatura em Educação do Campo, Ciências Agrárias, Agronomia, Veterinária, Direito, Geografia e História. Esse quantitativo é expressivo considerando-se que decorre das ações de um movimento popular. Afora isso, a importância e o interesse que suscitam a educação escolar no MST transcendem sua magnitude, pois uma atividade educativa que se assume diferenciada em relação à pedagogia oficial vem sendo exercitada pelo Movimento em suas escolas no transcorrer de quase quatro décadas.

O MST desenvolveu um esforço reflexivo-prático e criou uma pedagogia própria (BEZERRA NETO, 1999, LEANDRO, 2002, DAL RI, 2004, 2015; DAL RI; VIEITEZ, 2004, 2008). Essa pedagogia situa-se num campo epistemológico amplo e parte da filosofia que lhe serve de base decorre tanto de sua conexão com a economia, com a produção agropecuária dos assentamentos e cooperativas, quanto do Movimento enquanto lutador político e educador coletivo. Desse modo, atribuímos ao trabalho educacional do MST a criação de uma pedagogia e de um sistema escolar próprios.

Dentre os objetivos constantes em seu empenho educacional, encontra-se o de propiciar uma formação em gênero, proposição que desenvolvemos ao longo do texto.

O MST (2003, p. 7) reconhece a dificuldade de abordar o tema gênero, pois se tratam de concepções e valores presentes nas relações

sociais que são considerados naturais na sociedade. Além disso, há outra dificuldade, ou seja, a de relacionar o conceito com a realidade concreta, pois é uma abordagem ainda nova para o velho problema da desigualdade entre homens e mulheres.

Para o MST (2003, p. 27), a origem do tratamento dessa questão ocorreu em 1955, quando surgiu o uso do termo gênero para indicar os papéis de gênero, atribuídos diferentemente a homens e mulheres. O termo foi usado pelo pesquisador John Money. Em 1968, Robert Stoler estabeleceu mais nitidamente a diferença entre os conceitos de sexo e gênero. Nos anos de 1980, um grupo de pesquisadoras inglesas iniciou a utilização do termo gênero em pesquisa, cujo objeto de estudo era o relacionamento entre homens e mulheres na família e na sociedade. Nesse estudo destaca-se a pesquisadora Joan Scott (1990).

Nos estudos sobre gênero, o MST cita as contribuições teóricas formuladas por diferentes autoras, dentre elas destacamos Nalu Faria e Miriam Nobre (1997, p. 29 apud MST, 2003, p. 9) que afirmam que o conceito de gênero trouxe avanço na compreensão das relações, pois permite uma análise mais ampla.

Outra autora citada é Clara Araujo (2000 apud MST, 2003, p. 10-11). A autora afirma que o conceito de gênero surge da tentativa de compreender como a subordinação é reproduzida e a dominação masculina é sustentada, buscando abordar também as dimensões subjetivas e simbólicas do poder, para além das determinações materiais e biológicas.

O MST vincula a luta de gênero com a luta de classe, assim, em seus materiais escritos ou audiovisuais e nas atividades de formação que realiza evidencia que o padrão de gênero não surgiu por acaso e nem é o mesmo ao longo da história. Ressalta que o padrão de gênero é dinâmico e construído ao longo do tempo, e que foi se transformando de acordo

com os interesses das classes proprietárias e também a partir das lutas das classes trabalhadoras.

A preocupação com a igualdade de gênero está presente no MST desde sua fundação³, voltando-se, principalmente, para o incentivo da participação das mulheres, a igualdade de gênero e o combate à violência contra a mulher.

Quanto à violência contra a mulher, em específico, muitos foram os movimentos criados para tentar garantir sua proteção. Citamos como exemplos a criação dos Conselhos da Condição Feminina (1983), o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985) e a Política de Atenção Integral a Saúde da Mulher (1988) (SILVA JÚNIOR, 2006, 2015). O Brasil possui legislação específica para esse fim, como, por exemplo, a Lei de nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha. É uma lei com mecanismos de apoio e proteção à mulher violentada e agredida, que trouxe a criação de juizados especiais e alteração no código de processo penal, como uma medida auxiliar para pôr fim à prática da violência contra a mulher.

No sentido de promover a igualdade de gênero e o combate à discriminação e violência, no I Congresso Nacional do MST, realizado em Curitiba, Paraná, em 1985, foram aprovadas normas gerais e a organização de uma Comissão de mulheres (Coletivo de Mulheres) para discutir suas questões específicas, tais como: estímulo à participação das mulheres em todas as instâncias de poder e representatividade no Movimento; combate às formas de discriminação e violência contra as mulheres; luta contra o machismo; formação educacional integrando as discussões.

³ As questões sobre gênero foram novamente discutidas e reafirmadas no último Congresso Nacional do MST realizado em fevereiro de 2014.

Segundo Mafort (2014), para por em prática as ações definidas e envolver mulheres e homens no debate, no IV Encontro Nacional do MST, realizado em Brasília, em 2000, foi criado o Setor de Gênero.

As principais tarefas do Setor de Gênero do MST são: a) estimular o debate de gênero nas instâncias e espaços de formação educacional; b) produzir materiais para leitura e discussões; c) propor atividades, ações e lutas que contribuam para a construção de condições objetivas para participação igualitária da mulher, dentre outras.

O Setor de Gênero foi definindo a política de gênero do MST e delineando algumas linhas de atuação concretas, como, por exemplo, a participação de 50% de mulheres em todos os espaços do MST, nas instâncias deliberativas, nos processos produtivos, de formação e educação, nas mobilizações, no debate sobre a educação infantil, e, ainda, a inclusão do nome da mulher nos documentos de concessão de posse e uso da terra.

2. Política de gênero e formação educacional no MST

Logo após a sua fundação (1984), o MST (1986) publicou um livro intitulado *Construindo o caminho*. O livro apresenta as primeiras resoluções do MST sobre a participação política das mulheres na luta pela reforma agrária. As diretrizes expressas na publicação foram discutidas e elaboradas a partir de questionamentos realizados pelo Coletivo de Mulheres do MST. As mulheres organizadas no Coletivo denunciavam os problemas que enfrentavam na busca pela superação dos preconceitos que as impediam de conquistar relações igualitárias, mesmo no interior do Movimento. O coletivo de mulheres foi se

ampliando e, como já mencionado, em 2000 foi criado o Setor Nacional de Gênero do MST.

Em 1988, o MST publicou o Caderno de Formação número 15 intitulado *A mulher nas diferentes sociedades*. A publicação deste Caderno fez parte dos esforços do Movimento em avançar, do ponto de vista teórico, nas discussões acerca de uma política educativa dirigida à mulher trabalhadora rural. A principal preocupação da publicação foi a de evidenciar a presença histórica da mulher nas diferentes sociedades.

No ano de 1996, o Coletivo Nacional de Gênero promoveu o I Encontro Nacional das Mulheres Militantes do MST. Nesse mesmo ano, o Movimento publicou uma cartilha intitulada *A questão da mulher no MST*. Essa cartilha apresenta um diagnóstico dos principais problemas enfrentados pelas mulheres na sociedade e no Movimento, uma síntese das linhas políticas adotadas pelo MST frente à questão das mulheres, e um plano de trabalho contendo objetivos, níveis de ação e encaminhamentos práticos e políticos. Ainda, em 1996, o MST (1996b) publicou o Caderno da Educação número 08, intitulado *Princípios da educação do MST*, no qual destaca os valores de respeito e de igualdade de gênero na formação educacional do MST.

O Caderno de Estudos denominado *Compreender e construir novas relações de gênero* foi publicado pelo MST, em 1998. O Caderno foi elaborado pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MST e apresenta uma coletânea com contribuição de vários autores. O objetivo do material apresentado na introdução é o de orientar os estudos de homens e mulheres, nas instâncias do Movimento, para contribuir com o estabelecimento de novas relações de gênero. Também, aponta a igualdade de gênero na formação pedagógica, como um valor humanista.

Em 1999, o MST publica o Caderno *Como fazemos a escola de educação fundamental*, um dos materiais mais citados pelos estudiosos da educação do Movimento. Neste Caderno também há apontamentos sobre a importância da igualdade de gênero e a descrição de metodologias para a construção de uma escola diferente, que atenda as necessidades individuais e coletivas dos alunos.

Mulher Sem Terra é o título de uma cartilha publicada no ano de 2000. A publicação foi elaborada pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MST e apresenta oito temas a serem trabalhados em encontros de formação, grupos de estudo e de discussão sobre a realidade e a participação das mulheres Sem Terra. A proposta apresentada era a de realizar oito encontros com temas diferentes para discussões, dentre os quais estão as mulheres e a luta de classes, relações de gênero, mulheres e a construção de um projeto popular, etc.

Em 2001 foi publicado um livro denominado *Construindo o caminho*, com o mesmo título de livro publicado em 1986. Neste material aparece pela primeira vez a organização das mulheres por meio do Setor de Gênero, criado no ano anterior. O Movimento (2001, p. 126) “[...] entende que educação não é sinônimo de escola, pois a educação é mais ampla porque diz respeito ao processo de formação, nas práticas sociais. Contudo, a escolarização é também um componente fundamental nesse processo de formação.”

O texto apresenta uma avaliação positiva do MST na tentativa de superação das desigualdades nas relações de gênero evidenciada na maior participação das mulheres, considerada fundamental para o Movimento. Apresenta, também, uma análise da conjuntura feminina, indicando que no interior do MST as relações materiais e simbólicas se dão da mesma forma que no restante da sociedade, com duplas ou triplas jornadas de trabalho das mulheres, com desvalorização do trabalho

doméstico, dificuldade de as mulheres acessarem linhas de crédito e de serem reconhecidas como produtoras rurais, apontadas como seres frágeis e com ausência de racionalidade, características naturais das mulheres. Desse modo, o Setor de Gênero aponta onze objetivos a serem atingidos e as linhas políticas a serem desenvolvidas, dentre elas: ter 50% de homens e mulheres em todas as atividades de formação e capacitação; assegurar que a terra e os créditos conquistados pelo MST saiam em nome do casal; garantir um coordenador e uma coordenadora nos núcleos de base (MST, 2001, p. 151). Além disso, o documento também aponta que: “Preocupa-nos estabelecer novas relações de poder e não apenas o número de mulheres no poder” (MST, 2001, p. 146).

Em 2003, o Setor de Gênero publicou uma nova cartilha intitulada *Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder*. Este material tem caráter teórico e objetiva orientar os estudos de homens e mulheres sobre a pauta de gênero, iniciando pela compreensão do que é gênero. Os textos abordam a importância do conceito de gênero, considerando as desigualdades de gênero inseridas na luta de classes e desigualdades sociais. Essa política de gênero do MST contribuiu para a formação de novos valores nas relações de gênero. Segundo Pessoa (2018, p. 104) “O MST reconhece que existe um problema de desigualdade de gênero e, por isso, destaca a importância de continuar incentivando os processos de formação que busquem a igualdade de gênero”.

O *Boletim da Educação número 09* foi publicado em 2004 e traz um balanço do Setor da Educação. Neste Boletim também é possível verificar nas linhas de ação do Setor de Educação que as questões de gênero continuam sendo relevantes para formação educacional.

O documento mais recente produzido pelo Setor de Gênero foi o folheto intitulado *Mulheres conscientes na luta permanente* (MST,

2015), que trata da problemática da violência contra mulher. O folheto traz esclarecimentos sobre o que é violência doméstica e as dificuldades encontradas por mulheres que tentam sair de um quadro de violência, tais como: medo de denunciar; não ter para onde ir; dependência financeira, etc. O Setor de Gênero pontua quatro caminhos coletivos para o enfrentamento da violência, como, por exemplo, levar a questão para o regimento interno de cada acampamento e assentamento, criar formas para inibir as agressões (uso do apito), levar a pauta para as assembleias, discutir o tema nas escolas com as crianças e adolescentes, acionar a polícia e registrar boletim de ocorrência (MST, 2015, p. 6).

O material também indica que “[...] há ainda as lésbicas e bissexuais que sofrem cotidianamente a violência. Além das mulheres transexuais terem o reconhecimento de sua identidade de gênero negada, as agressões verbais e físicas também permeiam seu cotidiano” (MST, 2015, p. 5). É o primeiro material do MST que trata de outras identidades de gênero.

3. Gênero, violência e pandemia

Em 2020, como já apontado, praticamente todos os países do mundo depararam-se com a pandemia do coronavírus (COVID-19) que, embora combatida, até o momento vem ceifando milhões de vidas.

No Brasil, apesar da falta de políticas centralizadas do governo federal para combater a pandemia, medidas para tentar conter a expansão desenfreada da doença foram adotadas, tais como, o distanciamento social, o uso de máscaras e álcool gel e, mais recentemente, a vacinação da população. No entanto, como pesquisas

vêm mostrando, desde 2020, o *ficar em casa* teve, como uma de suas conseqüências, o agravamento da violência contra a mulher.

Vieira, Garcia e Maciel (2020), em um estudo sobre o tema, demonstraram a relação entre o isolamento social durante a pandemia da Covid 19 e o aumento da violência contra as mulheres, levando em conta a sociedade patriarcal, em âmbito mundial.

Mendes e Silva (2020), em maio de 2020, no início ainda da pandemia, afirmam, em documento do governo do Distrito Federal, que “[...] estima-se que as denúncias de violência doméstica tenham aumentado 50%”, contra as mulheres, em todo o país.

Em artigo publicado no G1, Paulo (2021, p. 1) afirma que uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos sofreu algum tipo de violência no último ano no Brasil, durante a pandemia de Covid-19. Os dados, publicados em junho de 2021, derivam de pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A mesma pesquisa (2021) afirma que, até a data de encerramento do estudo, 4,3 milhões de mulheres brasileiras de 16 anos ou mais (6,3%) tinham sido agredidas fisicamente com tapas, socos ou chutes. Isso significa dizer que a cada minuto, 08 mulheres apanharam no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus.

Apenas no ano de 2020, o Brasil teve 3.913 homicídios de mulheres, dos quais 1.350 registrados como feminicídios (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021), ou seja, mulheres que foram assassinadas por sua condição de gênero. Morreram por serem mulheres.

Afirma Console (2020, p. 1), do Setor de Gênero do MST, ainda no início da pandemia, que “Nossos assentamentos e acampamentos não são ilhas e refletem bastante as relações externas.

Apesar das atividades de formação e de organização, quando vivenciamos estes momentos de especificidades há incidências”

Após refletir sobre o problema, o MST (2020) lançou, no dia 06 de abril de 2020, a campanha Mulheres Sem Terra Contra o Vírus e as Violências (MSTCVV).

a. Violência, pandemia e solidariedade do MST

Além da utilização de fontes de dados, tais como, o site oficial, produção de documentários e curtas metragens do MST, ocorreu a participação da aluna Patrícia Lúcio (2021), colaboradora do projeto, no grupo do *WhatsApp* junto com militantes do MST da Rede de combate à violência do MST/SP. Os integrantes desse grupo são militantes do MST, ativistas de direitos humanos, assistentes sociais, psicólogas, professora da rede estadual, professores universitários, cientistas sociais e membros do Grupo de Pesquisa Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual na Educação (NUDISE). Segundo Lúcio (2021), o NUDISE fomenta reflexões com olhares diversos pela igualdade de gênero, divulga ações de combate à violência doméstica, trabalha o conceito de feminismo popular camponês e a sobrecarga de trabalho das mulheres na pandemia, participa do dia internacional dos trabalhadores, de jornadas universitárias em defesa da Reforma Agrária (RA), de encontros estaduais da militância do MST, acompanha as comunicações do MST nas redes sociais, como o *Instagram* e *Facebook*, em defesa da democratização da terra e da educação, da alimentação saudável, contra o agronegócio neoliberal, visibilidade trans e étnico racial, da prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher e principalmente dos resultados da COVID-19 no momento pandêmico, ressaltando que no

pensamento dialético é impossível separar as questões de gênero, raça e classe.

Na página oficial do MST, no dia 23 de abril de 2020, foi publicado um texto de autoria de Atiliana Brunetto e Sandra Cantanhede, membros da Direção Nacional do MST. As autoras afirmam que “Em território Sem Terra não pode ter violência contra mulheres”, e que as mulheres do MST defendem o direito à vida na campanha MSTCVV. Assim surge a Campanha com o intuito de combater todo tipo de violência praticada contra as pessoas mais vulneráveis.

De acordo com Cantanhede (2020), na pandemia ocorreu um aumento das denúncias de violência que chegaram via grupos de whatsapp. Afirma, ainda, que o tema da violência não é atual, vem de longa data, mas que, com a pandemia da Covid-19 e consequente isolamento social, ocorreu uma intensificação dessa contradição. Com a divisão social do trabalho, as mulheres sofrem uma sobrecarga, pois têm que cuidar das crianças, da casa, dos idosos, e isso gera um acúmulo de carga de trabalho, condição também agravada pela pandemia.

A campanha MSTCVV apresentou três eixos principais: violência contra os sujeitos vulneráveis; autocuidado, trabalho e saúde, pensando corpo, mente e relações e conversando sobre outras formas de violência; e o que é a resistência ativa neste momento de pandemia, ou seja, como pensar a produção, cooperação e autonomia das mulheres e do conjunto do Movimento.

Um deles tem como proposta trabalhar o tema da violência diretamente, com foco central nas mulheres, mas ampliando para os demais sujeitos vulneráveis na família, que são as crianças, as LGBTQs e os idosos. A ideia também é ampliar o debate para além da

violência física. O segundo eixo da Campanha atua nessa linha, com foco em promover o autocuidado, ao construir uma rede de solidariedade entre os assentados e também dialogar com o conjunto do Movimento sobre a necessidade de repensar o trabalho doméstico. (MST, 2020, p. 1)

[...] terceiro eixo da campanha trabalha a comunicação para que o combate à violência dentro dos lares alcance toda a base do MST, incluindo também o envolvimento dos militantes e dos dirigentes nestes processos de mudança de comportamento e de luta. (MST, 2020, p. 2)

A campanha MSTCVV nasceu para ser permanente e foi pensada em curto, médio e longo prazos e desencadeou ações durante os anos de 2020 e 2021. Com os limites das atividades presenciais durante a pandemia, as ações de comunicação e informação estiveram voltadas às redes sociais, com produção de vídeos, áudios, cards, documentários, curtas e utilizando as rádios do MST.

No dia 20 de maio de 2020, foram divulgadas as iniciativas das Mulheres Sem Terra: contra vírus e violências e as orientações de acolhimento necessárias contra os efeitos do isolamento social, decorrência da covid-19. O MST (2020, p. 1) apontou que, como resultado da pandemia, observou-se um aumento da violência doméstica em todo Brasil, e “como diz o ditado popular, a corda sempre arrebenta do lado mais fraco, e nesse lado se encontram as mulheres, crianças, idosos, pessoas LGBT, em seus lares”.

Segundo Lúcio (2021), a pesquisa do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 2020) corrobora os dados do MST, visto que as relações culturais, assim como o patriarcado, machismo e misoginia são

estruturais, ou seja, estão na trama social do campo e da cidade, dos homens e mulheres, dos trabalhadores e burgueses.

Ainda, segundo dados oficiais do site do MST (2020), além da sobrecarga doméstica, outras formas de violência dificilmente são identificadas, como também apontou a pesquisa da UFMG (2020). Nesta pesquisa foi perguntado aos entrevistados se tinham sido vítimas de violência doméstica, e menos de 1% das mulheres e 0,3% dos homens responderam sim. No entanto, ao serem questionados se haviam passado por outras situações, como xingamentos, insultos, empurrões, agarrões, espancamento e ameaças com arma, os resultados aumentaram para 6,7%.

No dia 20 de novembro de 2020, o MST divulgou as suas redes feministas, em especial a rede pelo afeto e contra a violência, mostrando como a organização das mulheres tem fortalecido o trabalho interno e abriu espaço para a solidariedade entre as mulheres do campo e da cidade e, ainda, deflagrou a semana de Combate à Violência Contra a Mulher. O dia 25 de novembro foi marcado como o Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, e o Movimento promoveu debates, pelas redes, sobre a violência doméstica. Priscila Monnerat (MST, 2020), integrante do Setor de Gênero do MST-PR, afirmou em debate que “[...] a violência contra a mulher está tão naturalizada na nossa cultura, que a gente só se dá conta dela quando vira violência física. Afirmou, ainda, que as mulheres “[...] dentro dos coletivos elas realizam grupos de estudos, reuniões, oficinas e atividades diversas que servem como um espaço de diálogo, trocas e reflexões entre elas”.

Silvia Reis Marques, integrante do MST e do Setor de Gênero do Rio Grande do Sul, relata que foram criados grupos de whatsapp em todos os estados brasileiros e que durante o ano foram trabalhados três eixos de debate e ação.

[...] primeiro o combate à violência contra os mais vulneráveis, identificando os vários tipos de violência (psicológica, moral, sexual, patrimonial e física). O segundo o autocuidado nos locais de trabalho, com o corpo, a mente, a saúde e nas relações homens e mulheres. O Terceiro a resistência ativa no campo durante a pandemia, período em que devemos ficar mais tempo em casa, mas ao mesmo tempo resistindo, cooperando, produzindo e promovendo a autonomia das mulheres dentro do Movimento. (MARQUES, 2020 apud LÚCIO, 2021, p. 20)

Segundo Lúcio (2021, p. 20), Marques destacou também as atividades desenvolvidas para as mães trabalhadoras, como as cirandas infantis e citou o exemplo de um assentamento e acampamento de Londrina, que desenvolveram uma ação solidaria de *mulheres para mulheres*, de arrecadação e distribuição de alimentos para mulheres em situação de vulnerabilidade. Explicou, ainda, que no Rio Grande do Sul, em debate online, que as mulheres abordaram “[...] com as companheiras e também nas assembleias com os homens para debater o tema da violência e do patriarcado olhando mais para esse âmbito interno, os espaços de trabalhos, a casa e a comunidade em que vivem”.

Para Marques (2020 apud LÚCIO, 2021, p. 21),

[...] a Reforma Agrária Popular é uma luta também pelos direitos das mulheres ter seu pedaço de terra para plantar, produzir, ajuda para que elas tenham liberdade econômica. A partir de 2006 as ações das mulheres se qualificaram muito, principalmente as Marchas de 8 de março. E o I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra no dia 8 de março deste ano em Brasília, com lema Mulheres de Luta Semeando a Resistência.

Ainda, no dia 25 de novembro, a campanha MSTCVV divulgou no site que as mulheres Sem Terra estavam cultivando o afeto na luta contra violência e debateram o tema no Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher. A campanha afirmou que as camponesas seguiam incessantemente atuando contra a violência do patriarcado racista, misógino e capitalista, e que realizaram várias ações do dia 20 ao 25. Aponta que a luta é grande e, por vezes, isolada, mas que o lema *Cultivar afetos e Combater a Violência* faz parte da luta das mulheres camponesas, e que se não podem estar nas ruas, nas praças, nas marchas, atos públicos e nas ocupações de latifúndios, por causa da pandemia, elas seguiam mobilizadas em atividades virtuais de denúncias contra a violência nos assentamentos e acampamentos de RA por todo o Brasil.

De acordo com Lúcio (2021), o ato ocorrido no dia 25 de novembro, Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, reuniu as mulheres Sem Terra articuladas com companheiras de outros movimentos sociais e entidades de luta dos trabalhadores, e foram realizadas panfletagens em diversas cidades do Brasil.

A Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra em Defesa da Reforma Agrária, evento realizado todos os anos pelo MST, foi ampliada em 2020 e mobilizou mais de 10 mil pessoas, em 04 estados do país, e desenvolveu inúmeras ações, tais como, plenárias, assembleias, debates, atos e ocupações de órgãos públicos.

Segundo Lizandra Guedes (2020, p. 1), coordenadora do Setor de Gênero do Maranhão, na Jornada de Luta de março de 2020 as trabalhadoras seguiram em luta contra o vírus e todas as formas de violência. “Neste ano nossa Jornada assumiu um caráter mais amplo, denunciando também o racismo, que causa efeitos ainda mais devastadores nas mulheres.”

Um dos efeitos mais assustadores, em relação à violência contra a mulher, tem sido, como já comentado anteriormente, o aumento absurdo do feminicídio.

Segundo o MST (2020, p. 1),

O levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em parceria com a empresa Decode, feito a pedido do Banco Mundial, revela que os casos de feminicídio cresceram 22,2%, entre março e abril deste ano, em 12 estados do país, comparativamente ao ano passado.

Dados coletados em alguns estados brasileiros foram analisados e, de acordo com o MST (2020), no Pará ocorreu uma grande alta nos índices de feminicídio.

Outro destaque no site do MST, no dia 30 de novembro de 2020, foi a reportagem de Quirino (2020, p. 11 apud MST, 2020, p. 2) que afirma que na Região Centro-Oeste a violência contra a mulher aumenta em Mato Grosso, o estado com a maior taxa de feminicídio.

A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) denunciou que em 2020 a violência contra as mulheres se agravou ainda mais com a pandemia. No primeiro semestre de 2020 houve 631 feminicídios. Mais de 60% foram dirigidos contra mulheres negras. O levantamento 'Um vírus e duas guerras', realizado por mídias independentes, mostrou que uma mulher é vítima de feminicídio a cada 9 horas, foram 497 casos registrados de março a agosto de 2020. O índice médio do país foi de 0,34 feminicídios por 100 mil mulheres. Portanto, 13 estados estão acima da média: Mato Grosso (1,03), Alagoas (0,75), Roraima (0,74), Mato Grosso do Sul (0,65), Piauí (0,64), Pará (0,62), Maranhão (0,47), Acre (0,44), Minas

Gerais (0,43), Bahia (0,39), Santa Catarina (0,38), Distrito Federal (0,37) e Rio Grande do Sul (0,34), aponta trecho do monitoramento. No Mato Grosso do Sul foram registrados de janeiro a novembro de 2020, 32 casos de feminicídio e 4.482 casos de violência doméstica, mas, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública não especifica qual tipo de cada violência nas estatísticas disponíveis no site institucional. No Distrito Federal, de acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, de janeiro a setembro deste ano foram 13 casos de feminicídio, 69% dos crimes aconteceram na residência da vítima. No mesmo período, foram registrados mais de 11 mil casos de violência doméstica e 409 casos de estupro, desse total 59,4% das vítimas têm idade inferior a 14 anos ou é vulnerável e 79% ocorreram na residência das vítimas.

Mato Grosso aparece com a maior taxa de feminicídio na pandemia, é o que mostrou o levantamento 'Um vírus e duas guerras'. Enquanto no Brasil a taxa de feminicídio foi de 0,56 para cada 100 mil mulheres, no Mato Grosso ela foi mais que o dobro: de 1,72 a cada 100 mil habitantes mulheres. Além disso, o levantamento constatou que houve um aumento de feminicídio na zona rural. Do total, 12 foram assassinadas em casa e outras quatro mortas em áreas ou propriedades rurais. No mesmo período do ano anterior, não houve morte de mulheres na zona rural do estado. (MST, 2020, p. 2)

Para se contrapor a essa situação, a campanha do MST *Cultivar afetos e combater a violência* faz o enfrentamento contra a violência contra a mulher e já realizou vários atos simbólicos e virtuais em inúmeras regiões do Brasil. Durante a campanha, as mulheres Sem Terra realizaram atividades de fortalecimento dos seus coletivos femininos nas áreas de acampamentos e assentamentos, fomento dos quintais produtivos e ações de solidariedade.

Os números oficiais da violência doméstica em Rondônia indicam um aumento durante a pandemia. Em 26 de novembro, as Mulheres Sem Terra de Rondônia participaram de uma plenária estadual com o tema *Basta de Violência Contra a Mulher*. No espaço, discutiram sobre o que é violência contra a mulher, as origens da violência na sociedade patriarcal, as formas de violência e a importância da organização das mulheres para superação das violências. [...] a campanha Mulheres Sem Terra: Contra os vírus e as violências, com o intuito de combater todo tipo de violência praticada contra as pessoas mais vulneráveis. A Campanha foi uma das formas encontradas para que não apenas as mulheres, mas o conjunto do Movimento continuasse mobilizado com o debate e combate às violências, como as ações de despejo que têm acontecido em todo país. (QUIRINO, 2021, p. 11 apud MST, 2021, p. 2)

No período de 08 a 14 de março de 2021, o MST realizou a Jornada Nacional de Lutas das Mulheres Sem Terra, sob o lema *Mulheres pela vida semeando resistência, contra a fome e as violências, as mulheres Sem Terra pautaram a necessidade da luta permanente pela vacina para todas e todos, a manutenção do auxílio emergencial e o Fora Bolsonaro*. As ações das lutas de março aconteceram em 24 estados da Federação e envolveram debates, atos, mais de 52 toneladas de alimentos doados, mais de 10 mil mudas de árvores plantadas, rodas de conversas, doações de sangue, dentre outras (MST, 2021).

Kelli Mafort (2021), da Coordenação Nacional do MST, no Programa Análise de Conjuntura, realizado em 11 de dezembro, apresentou um balanço sobre a violação de direitos dos povos do campo e da cidade em 2021, além de apresentar a Campanha Natal Sem Fome do MST e reiterar a necessidade da guerra contra a fome.

O Natal Sem Fome do MST, realizado entre 10 de dezembro de 2021 e 06 de janeiro de 2022, beneficiou mais de 250 mil pessoas em

vulnerabilidade. O Movimento (2022, p. 1) distribuiu mais de mil toneladas de alimentos, em 24 estados do país, para pessoas e famílias em situação de fome e insegurança alimentar. Foram distribuídas cestas compostas por produtos de assentamentos e acampamentos do MST, que beneficiaram mais de 50 mil famílias, além de mais de 30 mil marmitas e ceias especiais natalinas que contribuíram para o combate à fome em aldeias indígenas e comunidades periféricas, urbanas e rurais.

Segundo Furtado e Engelmann (2022, p. 3), no Mato Grosso do Sul, “52 toneladas de alimentos da Reforma Agrária Popular chegaram às famílias Kaiowás, Guaranis e Terenas presentes em 17 comunidades no estado”. Além do Mato Grosso do Sul, outras comunidades indígenas foram beneficiadas pela campanha de doações no Rio de Janeiro e no Maranhão.

As comunidades indígenas atendidas pela campanha estão organizadas em resistência no processo de retomadas, lutando pela vida e pelo direito à terra. As doações das cestas são uma forma de o MST se solidarizar com as dificuldades enfrentadas pelas(os) indígenas em resistência por seus territórios tradicionais.

Além de alimentos e produtos da RA, o MST também distribuiu cerca de 17 mil livros em comunidades dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Os livros foram doados pela editora Expressão Popular, do MST, e também por editoras associadas.

Realizando uma retomada histórica e cronológica acerca das conquistas de direitos pelas mulheres, o MST (2021), aponta os seguintes eventos:

Acesso escola (1827); Acesso universidade (1879); Voto (1932)
Mulheres casadas não precisassem mais da autorização do marido
para trabalhar (1962); Mulheres conquistam o direito de portarem

um cartão de crédito sem que um homem tenha que assinar (1974); Lei do Divórcio (1977); Mulheres garantem o direito à prática do futebol (1979); Criada primeira Delegacia da Mulher (1985); Constituição Brasileira passa a reconhecer as mulheres como iguais aos homens (1988); 'Falta da virgindade' deixa de ser crime e não anula mais casamento (2002); Lei Maria da Penha (2006); Lei do Feminicídio (2015); importunação sexual feminina passou a ser considerada crime (2018).

A violência contra as mulheres é uma realidade mundial. Não é um problema somente de relações entre gêneros, mas está baseado no patriarcado, um dos alicerces da sociedade capitalista. Além disso, a crise estrutural do capital acirra ainda mais a violência no seu modo mais destrutivo, não apenas na perspectiva econômica, mas também social e ambiental. Neste cenário, as mulheres e as crianças são as mais atingidas.

Conclusão

Como deixamos indicado, o fenômeno da dominação é uma categoria que permeia as mais diversas instâncias da vida social, dentre as quais procuramos chamar a atenção para a dominação de gênero, cuja raiz, transcendendo o universo da política e das relações de produção, teria possivelmente seu *locus* primordial no processo de *reprodução social*, como foi sugerido tanto por certos autores, quanto pelos aportes empíricos com os quais procuramos ilustrar o tema

Ao longo do período compreendido pelos materiais publicados pelo MST, sobretudo pelo Setor de Gênero, e analisados (1988 a 2015) foi possível observar que a luta das mulheres Sem Terra sempre abarcou as principais esferas da problemática acerca de gênero, e esteve

transitando entre os pólos da dicotomia igualdade/diferença. Embora algumas pautas permaneçam, a forma como cada uma delas se particulariza na atualidade é diferente de como expressava nos anos de 1980, indicando que o debate amadureceu no interior do MST. Mas, indica também que alguns ganhos foram se efetivando enquanto outras formas de desrespeito foram ganhando evidência, como a violência. O Setor de Gênero ainda mostra a necessidade de que as contribuições e a voz das mulheres sejam reconhecidas de modo simétrico, no entanto, indica também a necessidade de políticas públicas, mais do que de normas internas com o objetivo de transformar as relações de gênero

A análise da realidade das lutas das mulheres Sem Terra mostra que a ideologia patriarcal não se encontra suprimida nos movimentos sociais populares, aí aparecendo sob diversas manifestações, algumas das quais a pesquisa pode apreender. Isso é coerente com a situação socialmente excêntrica dessas organizações, com sua condição de propriedade privada dos meios de produção, de produtores de mercadorias e, principalmente, com o fato de que seguem vivendo sob a hegemonia social, econômica, ideológica e cultural da burguesia.

Ao mesmo tempo, porém, constatamos que substantivos elementos de igualdade política em geral, e de gênero em particular, foram adotados pelo MST beneficiando as mulheres, o que se torna mais claro quando se os compara com a sua situação geral na sociedade. Esses elementos são os seguintes: a) Garantia de que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra sejam em nome do homem e da mulher; b) Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres; c) Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instancias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional; d) Combater todas as formas de

violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violência no capitalismo.

Em relação à campanha MSTCVV foi possível observar que contribuiu tanto para uma maior organização das mulheres Sem Terra, como para combater efetivamente a violência contra a mulher. Além disso, foi possível mostrar por meio da MSTCVV, das Jornadas de Luta e outras atividades desenvolvidas pelo MST, a sua solidariedade com outros povos do campo e com a classe trabalhadora em geral.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Pandemia fez um novo bilionário a cada 26 horas, diz Oxfam, enquanto isso, a renda de 99% da humanidade caiu.** São Paulo, 17 jan. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-01/pandemia-fez-um-novo-bilionario-cada-26-horas-diz-oxfam#:~:text=Segundo%20a%20entidade%2C%20no%20Brasil,pa%C3%ADs%20ganhou%2010%20novos%20bilion%C3%A1rios.> Acesso em: 05 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **CORONAVIRUS-Brasil.** Painel Coronavírus. Brasília, DF. 2022. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

BEZERRA NETO, L. **Sem terra aprende e ensina.** Estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos trabalhadores rurais. São Paulo: Autores Associados, 1999.

BEAUVOIR, S. D. **O Segundo Sexo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. **Lei nº 11.340/0,** de 7 de agosto de 2006 que coíbe a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Brasília, DF: Presidência da República, 2006.

BRASIL. **Decreto n. 10.252**, de 20 de fevereiro de 2020. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, e remaneja cargos em comissão e função de confiança. Brasília, DF: Presidência da República.

CONSOLE, L. **Iniciativa “Mulheres Sem Terra: contra vírus e violências” traz orientações e acolhimento**. São Paulo: MST, 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/05/20/iniciativa-mulheres-sem-terra-contra-virus-e-violencias-traz-orientacao-e-acolhimento-na-pandemia/>.

COSTA, E. **Os movimentos sociais e os processos revolucionários na América Latina: uma crítica aos pós-modernistas**. Lisboa, 10 abr. 2012. Disponível em: http://www.resistir.info/brasil/edmilson_08abr12.html#asterisco. Acesso em: 10 abr. 2012.

DAL RI, N. M. **Educação democrática e trabalho associado no contexto político-econômico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2004. 315 f. Tese (Livre-Docência em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

DAL RI, N. M. Concepções teórico-práticas de educação e trabalho no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Relatório Final** encaminhado ao CNPq. Marília, 2015.

DAL RI, N. M. Editorial. **ORG&DEMO**. Marília, v. 22, n. 2, jul./dez., p. 7-8. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/12881>.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. A educação do Movimento dos Sem Terra: Instituto de Educação Josué de Castro. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 89, p. 1379-1402, 2004.

DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. **Educação democrática e trabalho associado no movimento dos trabalhadores rurais sem terra e nas fábricas de autogestão**. São Paulo: Ícone: FAPESP, 2008.

FURTADO, L.; ENGELMANN, S. Natal Sem Fome MST. São Paulo, 11 jan. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/17/natal-sem-fome-do-mst-beneficiou-250-mil-pessoas-em-situacao-de-vulnerabilidade/>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021**. São Paulo, ano 15, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). IGP-M sobe 1,41% em abril de 2022 -com este resultado o índice acumula alta de 6,98% no ano e de 14,66% em 12 meses. **Portal da FGV**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/igpm-abril-2022>

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Educação no Campo/Pronera**. Brasília, DF. 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/educacao-no-campopronera>. Acesso em: 07 ago. 2012.

LEANDRO, J. B. **Curso técnico em administração de cooperativas do MST: a concepção de educação e a influência no assentamento Fazenda Reunidas de Promissão - SP**. 2002. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LÚCIO, P. B. **Relatório de pesquisa.** Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. Marília, 2021.

MAFORT, K. **Análise de Conjuntura.** Programa Análise de Conjuntura com Kelli Mafort/#037. MST. São Paulo, 11 dez., 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/12/11/programa-analise-de-conjuntura-com-kelli-mafort-037/>

MENDEL, G., VOGT, C. **El manifiesto de la educación.** Madrid: Siglo veintiuno, 1975.

MENDES, A. M. S.; SILVA, E. O. **A violência doméstica em tempos de pandemia.** Brasília, DF: Secretária de Economia do Governo do Distrito Federal, 2020. Disponível em: <https://www.sejus.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2021/01/violencia-domestica-em-tempos-de-pandemia.pdf>

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). A mulher nas diferentes sociedades. **Caderno de formação. n. 15.** São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 1988.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Como deve ser a escola do assentamento. Ocupar, resistir e produzir também na educação. **Boletim da educação n. 01.** Porto Alegre: Setor de Gênero do MST, 1992a.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Como fazer a escola que queremos. **Caderno de educação n. 01.** São Paulo: MST, 1992b.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Compreender e construir novas relações de gênero.** 2. ed. Coletivo Nacional de Gênero. São Paulo: Peres, 1998.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **A questão da mulher no MST**. São Paulo: MST, 1996.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Como fazemos a escola de educação fundamental. **Caderno de Educação n. 9**. Porto Alegre, 1999.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Construindo o caminho**. São Paulo: MST, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Construindo novas relações de gênero**: desafiando relações de poder. As relações de gênero e o MST. Setor Nacional de gênero. São Paulo: ANCA, 2003.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST lutas e conquistas**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). MST. **Mulheres conscientes na luta permanente**. São Paulo: MST, 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Mulheres do MST criam novas relações de gênero dentro e fora do movimento**. 2014. Disponível em <<http://antigo.mst.org.br/node/15654>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Apresenta informações sobre o MST**. São Paulo. 2020. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Jornada de Lutas de 2020**. São Paulo, mar. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/tag/jornada-nacional-de-lutas-2020/>

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Jornada de Lutas 2021**. São Paulo, abr. 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/03/26/balanco-da-jornada-de-lutas-das-mulheres-sem-terra-em-2021/>

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). MST. **Solidariedade Sem Terra**. São Paulo, 17 jan. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/17/natal-sem-fome-do-mst-beneficiou-250-mil-pessoas-em-situacao-de-vulnerabilidade/>

PAULO, P. P. Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa. **O Globo**. Rio de Janeiro, 07 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghhtml>.

PESSÔA, J. *A formação educacional e a igualdade de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais se Terra (MST)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018.

ROMEIRO, J. A Lei Maria da Penha e os desafios da institucionalização da violência conjugal no Brasil. In: MORAES, A. F.; SORJ, B. (Org.). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Letras, 2009, p. 49-74.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 15, n. 2., jul./dez., p. 5-22, 1990.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SECOM). **Reforma agrária terá mais R\$ 400 milhões este ano**. Brasília, DF, ago., 2011.

SILVA JUNIOR, E. M. **A violência de gênero na Lei Maria da Penha. DireitoNet.** 22 set. 2006. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6566/A-violencia-de-genero-na-Lei-Maria-da-Penha>. Acesso em: 08 mai. 2015.

_____. Direito penal de gênero. Lei nº 11.340/06. Violência doméstica e familiar contra a mulher. **JUSCOM.BR** nov. 2006. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/9144/direito-penal-de-genero>. Acesso em: 08 mai. 2015.

UOL ECONOMIA. **Brasil tem 40 novos bilionários em 2021, ano de pandemia, diz Forbes.** São Paulo, 27 ago. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/27/40-novos-bilionarios-brasileiros-forbes.htm>. Acesso em: 05 fev. 2022.

VIEIRA, P. R.; GARCIA, L. P.; MACIEL, L. N. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia.** Rio de Janeiro, v. 23, 13 jul., 2020.

